



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) E DESEMPENHO DAS AÇÕES DO PLANO DE AÇÕES DO PLS

Consolidação dos resultados do exercício de 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PRESIDENTE

Desembargador CARLOS ALBERTO FRANÇA

VICE-PRESIDENTE

Desembargador AMARAL WILSON DE OLIVEIRA

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador LEANDRO CRISPIM

OUIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

Desembargador JEOVÁ SARDINHA DE MORAES

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DE GOIÁS

Diretor: Desembargador JERONYMO PEDRO VILAS BOAS

Vice-diretor: Desembargador ALICE TELES DE OLIVEIRA

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS

MARINA CARDOSO BUCHDID

REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA

LIDIA DE ASSIS E SOUZA



JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA

GUSTAVO ASSIS GARCIA
MARCUS VINÍCIUS ALVES DE OLIVEIRA
SORAYA FAGURY BRITO

SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

DAHYENNE MARA MARTINS LIMA ALVES

DIRETOR-GERAL

RODRIGO LEANDRO DA SILVA

NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL (NURSA)

COORDENADORA DO NURSA

Juíza Auxiliar da Presidência LIDIA DE ASSIS E SOUZA

DIRETOR-GERAL

RODRIGO LEANDRO DA SILVA

SECRETÁRIA DE SUSTENTABILIDADE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

RAQUEL MAGALHÃES ANTONINI

ANALISTAS

JOSÉ NETO CASSIANO DE CAMARGO
EDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA TANNÚS

SECRETÁRIA

MARCELA IBIAPINO MARTINS

COMISSÃO GESTORA DO PLS

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

TATIANA RODRIGUES FERREIRA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO

DIEGO CÉSAR SANTOS

SECRETÁRIA DE SUSTENTABILIDADE

RAQUEL MAGALHÃES ANTONINI

DIRETORA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

CYBELLE SAAD SABINO DE FREITAS FARIA

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ANDERSON YAGI COSTA

DIRETOR DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO

LUCIANO AUGUSTO SOUZA ANDRADE

DIRETORA DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

WANESSA OLIVEIRA ALVES



SUMÁRIO



Apresentação.....

Metodologia.....

Consolidação dos resultados alcançados e evolução do desempenho das metas por eixo temático.....

1. Dimensão Ambiental.....

2. Dimensão Econômica.....

3. Dimensão Social.....

4. Dimensão Cultural.....

APRESENTAÇÃO



O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário goiano – 2021/2026 – foi elaborado em conformidade com as diretrizes da Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça e visa direcionar objetivos, metas e responsabilidades, em busca do desenvolvimento da atividade pública, sob as quatro dimensões do Desenvolvimento Sustentável (ambiental, social, cultural e econômica), estabelecidas em 17 eixos temáticos, constituídos pelos 85 indicadores mínimos de desempenho, previstos no Anexo I da Resolução.

O relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) é um meio de se fortalecer a transparência e a prestação de contas no Judiciário, contribuindo para a avaliação do índice de sustentabilidade, tornando públicas as ações desenvolvidas, bem como os resultados alcançados, além de possibilitar a análise dos pontos que merecem maior atenção no exercício subsequente.



O Presente documento disponibiliza os resultados do desempenho anual dos indicadores do PLS, e suas respectivas metas, e das ações constantes do plano de ações, sendo possível identificar a realização das etapas previstas, seja por meio do status de execução nos gráficos de desempenho percentual, tendo como ano-base o exercício 2023.

Comissão Gestora do PLS-TJGO

Biênio 2022/2024.



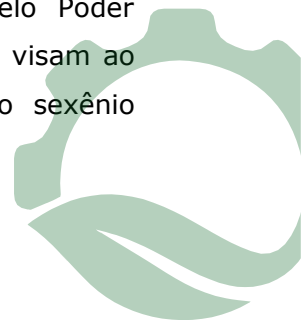
METODOLOGIA

O relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (PLS-TJGO) apresenta o empenho do Poder Judiciário goiano em estabelecer práticas de gestão voltadas ao alcance das metas e resultados previstos no Plano, utilizando-se da seguinte metodologia:

- 1) Monitoramento mensal e anual dos dados de consumo por meio de informações prestadas pelas unidades responsáveis, tanto dos dados do PLS quanto as ações do Plano de Ações;
- 2) Análise das informações obtidas e dos dados coletados;
- 3) Envio mensal e anual dos dados coletados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme disposições contidas na Resolução nº 400/2021 do CNJ.



O presente relatório apresenta as ações e iniciativas já executadas pelo Poder Judiciário goiano, durante o ano de 2023 e aquelas medidas em andamento, que visam ao alcance das metas previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS) para o sexênio 2021/2026.



INDICADORES E METAS



A Resolução CNJ nº 400/2021, em seu art. 6º, instituiu os indicadores de desempenho mínimos para avaliação do desenvolvimento ambiental, social e econômico do PLS.

No presente documento, os indicadores e metas foram organizados em 4 dimensões, divididas em 17 eixos temáticos, a fim de facilitar a visualização e a compreensão das informações dispostas.

O cumprimento das metas será analisada por dimensão e eixo temático, com a finalidade de visualizar os pontos sensíveis em que os esforços serão mais empenhados no exercício posterior.



1. DIMENSÃO AMBIENTAL

Ações ambientalmente corretas:

As ações ambientalmente corretas devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, tendo como premissas a redução do consumo, o reaproveitamento e reciclagem de materiais, a revisão dos modelos de padrão de consumo e a análise do ciclo de vida dos produtos.



1. PAPEL

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA



O tema objetiva o monitoramento e racionalização do consumo geral de papel em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11419/2006 e Resolução CNJ nº 185/2013) e da implantação dos processos administrativos eletrônicos. Devem ser adquiridos produtos com certificação como: CE FLOR, ETC, FSC, entre outras.

CONSUMO 2020: 26.842 Resmas

CONSUMO 2021: 18.462 Resmas

CONSUMO 2022: 10.764 Resmas

CONSUMO 2023: 10.053 Resmas

Ao analisar os resultados apresentados nos últimos anos, constata-se uma redução expressiva do consumo de resmas de papel branco A4. Ao longo dos últimos anos, houve uma queda de aproximadamente 62% no consumo de resmas desde 2020.

Em 2023 os números de consumo continuaram a cair, pela aplicação de política de racionamento de papel no órgão.

META ALCANÇADA



Índice de racionalização de consumo de papel

Reduzir em 6% o consumo de resmas de papel até 2026, em relação ao ano de 2020

Fórmula: (Consumo total dos meses decorridos/Total de meses decorridos no respectivo ano)

Varição: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo em 2020})) * 100$

Descrição do indicador: mede o consumo médio mensal de papel não reciclado

2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta 1%	Meta 2%	Meta 3%	Meta 4%	Meta 5%	Meta 6%
100%	100%	100%	-	-	-



2. COPOS DESCARTÁVEIS

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA



O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de copos descartáveis, de plástico ou outros materiais.

CONSUMO 2020 – 8631 centos

CONSUMO 2021 – 2535 centos

CONSUMO 2022 – 0 Centos

CONSUMO 2023 – 0 Centos

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se uma redução expressiva do consumo de copos no ano de 2021, até que o consumo foi zerado. Isso se deve a ações com o objetivo de racionamento e conscientização dos servidores e magistrados.

O consumo de copos descartáveis (água e café) vem sendo tratado em ações de sensibilização e de gestão nos últimos anos. No ano de 2018, a administração decidiu por não mais adquirir copos plásticos descartáveis, disponibilizando copos de vidros aos servidores. Os copos de plástico em estoque serão recolhidos e substituídos por copos biodegradáveis, somente para distribuição nas áreas de atendimento ao público externo, o que não computa como uso de copos descartáveis, de acordo com a Resolução 400/2021 do CNJ.



META ALCANÇADA

Índice de racionalização de consumo de copos descartáveis

Reduzir em 6% o consumo de copos descartáveis até 2026, em relação ao ano de 2020

Fórmula: (Consumo total dos meses decorridos/Total de meses decorridos no respectivo ano)

Variação: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo em 2020})) * 100$

Descrição do indicador: mede o consumo médio mensal de copos descartáveis

2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta 1%	Meta 2%	Meta 3%	Meta 4%	Meta 5%	Meta 6%
100%	100%	100%	-	-	-



3. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA



O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis.

Serão contabilizados dois volumes: o de consumo individual, que se utiliza de embalagens descartáveis (copos e garrafas), e o de consumo coletivo, que se utiliza de embalagens retornáveis para bebedouros (10 e 20 litros).

CONSUMO 2020 – 18660 galões / 0 garrafas descartáveis.

CONSUMO 2021 – 29106 galões / 80 garrafas descartáveis.

CONSUMO 2022 – 0 Centos / 0 garrafas descartáveis.

CONSUMO 2023 – 0 Centos / 257 garrafas descartáveis.

O TJ/GO realizou a aquisição de água mineral envasada em garrafas descartáveis para eventos pontuais e específicos, onde não havia viabilidade para uso de galão, como as corridas e eventos itinerantes, bem como e não há compra de galões de 20litros de água mineral, pois são fornecidos pela empresa em contrato de comodato.



META PREJUDICADA

Índice de racionalização de consumo de água envasada, embalagens descartáveis

Reduzir o consumo de água envasada, embalagens descartáveis.

Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano anterior})) * 100$

Consumo Total = Σ consumo de água envasada descartável.

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo com água envasada em embalagens descartáveis

2021	2022	2023	2024	2025	2026
10%	10%	7%	5%	5%	2%
0%	100%	0%	-	-	-



4. IMPRESSÃO

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO



O tema objetiva maior eficiência na gestão das impressões (aquisições de equipamentos e suprimentos ou *outsourcing*), tendo em vista o impacto da implantação dos processos administrativos e judiciais eletrônicos.

CONSUMO 2020 – 8.280.500 impressões.

CONSUMO 2021 – 4.985.858 impressões.

CONSUMO 2022 – 14.025.013 impressões.

CONSUMO 2023 – 18.778.232 impressões.

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se uma redução expressiva do número de impressões no ano de 2021, que foi obtida pelo implemento da bilhetagem, e, também, pelo fato de que, no exercício de 2020 e 2021, boa parte dos servidores do Poder Judiciário goiano executaram suas atividades laborais em *home office*, como medida de prevenção à Pandemia do Coronavírus, o que corroborou indiretamente para o resultado apurado.

Em 2023 os números de impressão voltaram a crescer, isso pode ser consequência do aumento do número de desembargadores e novos servidores. Além do retorno dos profissionais que estavam em *home office*.



META PREJUDICADA

Índice de racionalização de impressões

Reduzir em 6% a impressão até 2026, em relação ao ano de 2020

Fórmula: (Consumo total dos meses decorridos/Total de meses decorridos no respectivo ano)

Varição: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo em 2020})) * 100$

Descrição do indicador: mede a quantidade média mensal de impressões

2021	2022	2023	2024	2025	2026
1%	2%	3%	4%	5%	6%
50%	0%	0%	-	-	-



5. ENERGIA ELÉTRICA

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com energia elétrica para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes contratuais com a Concessionária de energia visando à maior eficiência do gasto.

CONSUMO 2020 – 19.605.647 kWh

CONSUMO 2021 – 18.286.135 kWh

CONSUMO 2022 – 20.646.699 kWh

CONSUMO 2023 – 21.512.357 kWh

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se uma redução expressiva do consumo de energia no ano de 2021, que foi obtida pelo implemento e uso de energia fotovoltaica, e, também, pelo fato de que, no exercício de 2020 e 2021, boa parte dos servidores do Poder Judiciário goiano executaram suas atividades laborais em *home office*, como medida de prevenção à Pandemia do Coronavírus, o que corroborou indiretamente para o resultado apurado.



Em 2023 o consumo de energia elétrica voltou a crescer, o que necessita diagnóstico e análise, tendo em vista, o retorno ao trabalho presencial e a existência de projeto visando a eficiência energética.

META PREJUDICADA

Índice de racionalização de consumo de energia elétrica por m² (kWh/m²)

Reduzir o consumo de energia elétrica por m² de 2020 em 3%

Fórmula: $(1 - (\text{Consumo por m}^2 / \text{Consumo por m}^2 \text{ no ano de 2020})) * 100$

Consumo por m² = Σ do consumo em KWh dos edifícios do CNJ/área total

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de energia elétrica por m²

2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,5%	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
0%	0%	0%	-	-	-



6. ÁGUA E ESGOTO

UNIDADE GESTORA:

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



O tema objetiva o monitoramento do consumo e gastos com água e esgoto para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes e efetividade de ações de sustentabilidade.

CONSUMO 2020 – 132.365 m³ (12,34 per capita)

CONSUMO 2021 – 130.993 m³ (12,10 per capita)

CONSUMO 2022 – 158.999 m³ (12,94 per capita)

CONSUMO 2023 – 169.242 m³ (11,04 per capita)

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se uma redução expressiva do consumo de água no ano de 2021, que foi obtida pelo fato de que, no exercício de 2020 e 2021, boa parte dos servidores do Poder Judiciário goiano executaram suas atividades laborais em *home office*, como medida de prevenção à Pandemia do Coronavírus, o que corroborou indiretamente para o resultado apurado.



Em 2022 o consumo de água voltou a crescer, o que necessita diagnóstico e análise, tendo em vista, o retorno ao trabalho presencial e a existência de projeto visando a eficiência hídrica.

META ALCANÇADA

Índice de racionalização de consumo de água por m²

Reduzir o consumo de água per capita de 2020 em 1,5% 0,25% 0,5% 0,75% 1% 1,25% 1,5%

Fórmula: $(1 - (\text{Consumo per capita} / \text{Consumo per capita no ano de 2020})) * 100$

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo água per capita

2021	2022	2023	2024	2025	2026
0,25%	0,5%	0,75%	1%	1,25%	1,5%
100%	0%	100%	-	-	-



7. GESTÃO DE RESÍDUOS

UNIDADE GESTORA:

NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL



O tema objetiva o monitoramento da geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes, como a Lei 12.305/2012, ABNT NBR 10.004/2004, Resolução Anvisa 358/2005, entre outras.

TOTAL DE MATERIAIS DESTINADOS À RECICLAGEM 2020 – 8.797 Kg.

TOTAL DE MATERIAIS DESTINADOS À RECICLAGEM 2021 – 62.485 Kg.

TOTAL DE MATERIAIS DESTINADOS À RECICLAGEM 2022 – 128.083 Kg.

TOTAL DE MATERIAIS DESTINADOS À RECICLAGEM 2022 – 229.999 Kg.

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se um expressivo aumento do total de materiais destinados à reciclagem no ano de 2021, que foi obtido com o reaparelhamento do fluxo de informação dos descartes bem como o implemento do projeto Renovarq, da Comissão de Gestão Documental do TJ/GO.



Em 2023, os números foram ainda mais expressivos, com a atuação da campanha Lixo-Zero da semana do meio ambiente, bem como a atuação das comarcas no projeto Renovarq e pela parceria com a Sukatech.

META ALCANÇADA

Índice de destinação de resíduos para reciclagem

Aumentar em 60% o TMR (**Fórmula:** $TMR = D_PA + D_PL + D_MT + D_VD + C_Ge$)

DPA – Destinação de papel para reciclagem, conforme item 8.1; DPL – Destinação de plásticos para reciclagem, conforme item 8.2; DMT – Destinação de metais para reciclagem, conforme item 8.3; DVD – Destinação de vidros para reciclagem, conforme item 8.4; CGe – Coleta geral, conforme item 8.5.

Fórmula: (TMR total dos meses decorridos/Total de meses decorridos no respectivo ano)

Varição: $(1 + (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo em 2020})) * 100$

2021	2022	2023	2024	2025	2026
10%	10%	10%	10%	10%	10%
100%	100%	100%	-	-	-



8. COMBUSTÍVEL

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA



O tema objetiva o monitoramento do consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais. O monitoramento dos dados pode indicar: a necessidade de otimizar o consumo, os gastos e avaliar a possibilidade do uso de combustível alternativo e transporte coletivo; a necessidade de diminuir o consumo geral de combustíveis; o aumento da quantidade de litros de combustível por veículo como consequência da diminuição da quantidade de veículos.

CONSUMO 2020 – $2.727.678/231.446 = 11,78$ km/l.

CONSUMO 2021 – $5.322.004/294.292 = 18,08$ km/l.

CONSUMO 2022 – $2.505.925/346.687 = 7,22$ km/l.

CONSUMO 2023 – $3.271.709/373.996 = 8,74$ km/l.

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se um aumento expressivo da eficiência energética da frota no ano de 2021, que foi resultado das aquisições dos veículos híbridos no exercício de 2020 e 2021 o que corroborou indiretamente para o resultado apurado.



Em 2023 ocorreu redução da frota total, dessa forma ajudou-se a manter o indicador abaixo da meta estabelecida de 10 km/l.

META ALCANÇADA

Índice de racionalização de consumo com combustíveis

Manter em 10 km/l o consumo de combustível da frota

Fórmula: Σ Quantidade de Km rodados / Quantidade de litros de combustível consumidos (Gasolina, Etanol e Diesel)

Descrição do indicador: Mede a eficiência energética dos veículos da frota.

2021	2022	2023	2024	2025	2026
10km/l	10km/l	10km/l	10km/l	10km/l	10km/l
0%	100%	100%	-	-	-



2. DIMENSÃO ECONÔMICA

Ações economicamente viáveis:

As ações economicamente viáveis devem buscar critérios de eficiência contínua dos gastos, levando em consideração a real necessidade da compra/contratação dentre as propostas mais vantajosas (análise custo-benefício) para sustentação da instituição, tendo em vista as inovações nos processos de trabalho.





9. REFORMAS E CONSTRUÇÕES

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e priorização do atendimento à Resolução CNJ 114/2010. Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

GASTO COM ADEQUAÇÃO DE LEIAUTE 2020 – R\$ 105.178.013,00

GASTO COM ADEQUAÇÃO DE LEIAUTE 2021 – R\$ 25.499.212,00

GASTO COM ADEQUAÇÃO DE LEIAUTE 2022 – R\$ 31.176.114,01

GASTO COM ADEQUAÇÃO DE LEIAUTE 2023 – R\$ 45.170.112,03

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se uma redução expressiva do gasto com adequação de leiaute no ano de 2021, que foi obtida pelo fato de que, no exercício de 2020 e 2021, boa parte construção civil foi paralisada, como medida de prevenção à Pandemia do Coronavírus, o que corroborou indiretamente para o resultado apurado.

Em 2022, tendo em vista, o retorno das atividades e a reforma dos prédios para adequação do novo quadro de servidores e magistrados, houve o aumento no valor do gasto, entretanto a diminuição em relação a 2020 continua muito expressiva. Em 2023, tendo em vista, o aumento do corpo funcional, bem como o número de magistrados, com



o retorno das atividades e a reforma, houve o aumento no valor do gasto, entretanto a diminuição em relação a 2020 continua também muito expressiva.

META ALCANÇADA

Índice de racionalização de gastos com adequação de leiaute

Reduzir o gasto orçamentário com adequação de leiaute em 2%

Fórmula $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto total de 2020})) * 100$

Gasto Total = Σ Gasto com adequação de leiaute

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de gastos com adequação de leiaute

2021	2022	2023	2024	2025	2026
2%	2%	2%	2%	2%	2%
100%	100%	100%			



10. LIMPEZA

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA



O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de limpeza para que seja verificada a possibilidade de eventuais ajustes de gestão, conforme instruções normativas sobre o tema. Repactuação dos contratos: a repactuação dos contratos é feita com o objetivo do equilíbrio econômico-financeiro das empresas diante dos impactos inflacionários. É recomendada a avaliação do impacto financeiro na gestão do contrato, pois as repactuações são feitas por meio de acordos coletivos de trabalho das categorias, e referendadas pela Justiça do Trabalho (Ref.: Portaria nº 7 de 13 de abril de 2015 SLTI/MPOG).

GASTO COM CONTRATO DE LIMPEZA 2020 – R\$ 32.498.954,13

GASTO COM CONTRATO DE LIMPEZA 2021 – R\$ 26.547.402,58

GASTO COM CONTRATO DE LIMPEZA 2022 – R\$ 29.912.855,68

GASTO COM CONTRATO DE LIMPEZA 2023 – R\$ 22.881.907,99

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se uma redução expressiva do gasto com contrato de limpeza no ano de 2021, que foi obtida pelo fato de que, no exercício de 2020 e 2021, boa parte dos prédios foram fechados, como medida de prevenção à Pandemia do Coronavírus, o que corroborou indiretamente



para o resultado apurado.

Em 2023, o gasto com contrato de limpeza foi o menor dos últimos quatro anos, com uma redução considerável do valor.

META ALCANÇADA

Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza por m²

Limitar o aumento dos gastos com serviços de limpeza por m² em 4% ao ano, com base em 2020.

Fórmula: Gasto por m² = Σ despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza/área total

Descrição do indicador: mede o percentual de gastos com serviços de limpeza por m².

2021	2022	2023	2024	2025	2026
4%	4%	4%	4%	4%	4%
100%	100%	100%	-	-	-



11. VIGILÂNCIA

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA



O tema objetiva o monitoramento dos gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos horários, armada e desarmada) e uso de tecnologias de apoio (vigilância eletrônica) sem comprometimento dos padrões de segurança.

GASTO COM CONTRATO DE VIGILÂNCIA 2020 – R\$ 45.727.165,72.

GASTO COM CONTRATO DE VIGILÂNCIA 2021 – R\$ 40.669.236,53.

GASTO COM CONTRATO DE VIGILÂNCIA 2022 – R\$ 31.163.871,52.

GASTO COM CONTRATO DE VIGILÂNCIA 2023 – R\$ 36.101.209,20.

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se um aumento expressivo dos gastos com contrato de vigilância no ano de 2021, que foi obtida pelo fato de que, no exercício de 2020, boa parte dos prédios foram fechados, como medida de prevenção à Pandemia do Coronavírus, o que corroborou indiretamente para o resultado apurado.

Em 2023, ocorreu um aumento do valor do gasto com vigilância. Portanto, a meta não foi alcançada.

META PREJUDICADA



Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância

Limitar a expansão dos gastos em relação ao ano anterior

Fórmula $((\text{Gasto Total}/\text{Gasto Total no ano anterior})-1)*100$

Gasto Total = Σ despesas em reais (R\$) com serviços de vigilância

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com serviços de vigilância.

2021	2022	2023	2024	2025	2026
10%	10%	10%	10%	10%	10%
100%	100%	0%	-	-	-



12. TELEFONIA

UNIDADE GESTORA:

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO (DEPARTAMENTO DE TELEFONIA)



O tema objetiva o monitoramento dos consumos e gastos com serviços de telefonia tendo em vista outros mecanismos de comunicação com as mesmas funcionalidades e menores custos (VoIP, e-mails, aplicativos gratuitos de comunicação). Devem ser considerados todos os edifícios e unidades que compõem o órgão.

GASTOS RELATIVOS EM TELEFONIA TOTAL 2020 – 1688

GASTOS RELATIVOS EM TELEFONIA TOTAL 2021 – 447

GASTOS RELATIVOS EM TELEFONIA TOTAL 2022 – 473

GASTOS RELATIVOS EM TELEFONIA TOTAL 2023 – 487

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se uma redução expressiva do gasto com telefonia total no ano de 2021, que foi obtida com a diagnose e ações para otimização dos recursos de telefonia e comunicação no TJ/GO. Em 2022 foi mantida com pequena margem de queda nos gastos, pela manutenção das ações de 2021. Verifica-se um aumento no gasto em telefonia total, em 2023, tendo em vista o aumento do corpo



funcional e a manutenção no número de linhas e ramais.

META PREJUDICADA

Índice de racionalização de gastos com telefonia fixa por ramal

Reduzir os gastos com telefonia em 2% ao ano

Fórmula: (gasto relativo de telefonia fixa = gasto telefonia móvel por ramal)

Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia por ramal.

2021	2022	2023	2024	2025	2026
2%	2%	2%	2%	2%	2%
100%	100%	0%			



13. VEÍCULOS

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA



O tema objetiva a gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos.

USUÁRIOS POR VEÍCULO 2020 – 36

USUÁRIOS POR VEÍCULO 2021 – 81

USUÁRIOS POR VEÍCULO 2022 – 425

USUÁRIOS POR VEÍCULO 2023 – 74

Analisando os resultados apresentados dos últimos anos, constata-se um aumento expressivo no número de usuários por veículo no ano de 2021, que foi obtido com a diminuição da frota. Em 2022 foi mantido o aumento do número, tendo em vista a aquisição dos automóveis híbridos. Como na variável “13.4 VAlt – Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas” é exigido que os veículos sejam movidos exclusivamente por energias alternativas, carros híbridos não poderiam ser classificados nela. Assim, neste momento, esses veículos não seriam contabilizados.

Em 2023 com o aumento no número de magistrados e de veículos houve uma redução no número de compartilhamentos de veículos, entretanto o número continua com aumento expressivo em relação a 2021, o que



possibilitou o alcance da meta.

META ALCANÇADA

Índice de Usuários por veículo

Aumentar o número de pessoas que utilizam o mesmo veículo (UVM+UVS)

Fórmula Usuários por veículos Totais = Σ (UVM+UVS) (aumentar em 10% até 2026, preferencialmente diminuindo a frota, em relação a 2020)

Descrição do indicador: mede o total de Usuários por veículos, no Tribunal

2021	2022	2023	2024	2025	2026
10%	10%	10%	10%	10%	10%
100%	100%	100%			



14. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA ADMINISTRATIVA



O tema objetiva o monitoramento das despesas com contratos de serviços gráficos.

CONTRATO COM SERVIÇOS GRÁFICOS 2021 – R\$ 1.238.767,46

CONTRATO COM SERVIÇOS GRÁFICOS 2022 – R\$ 898.735,13

CONTRATO COM SERVIÇOS GRÁFICOS 2023 – R\$ 879.377

Embora não haja série histórica para esse novo indicador, trazido com a Resolução 400/2021, analisando os resultados apresentados dos 2 últimos anos, constata-se uma redução expressiva do gasto com serviços gráficos, embora haja necessidade de mapeamento das ações que colaboraram para a economia, a meta foi alcançada em sua totalidade.

META ALCANÇADA



Índice de racionalização do gasto com serviços gráficos

Reduzir em 10% o gasto até 2026, em relação ao ano de 2021

Fórmula: (gasto com serviços gráficos dos meses decorridos/Total de meses decorridos no respectivo ano)

Varição: $(1 - (\text{gasto com serviços gráficos total do ano corrente} / \text{gasto em 2021}))/100$

2021	2022	2023	2024	2025	2026
Sem série histórica	2%	2%	2%	2%	2%
Sem série histórica	100%	100%			



15. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

UNIDADE GESTORA: DIRETORIA-GERAL



O tema objetiva, que as unidades envolvidas no processo de contratação, em interatividade com a unidade de sustentabilidade, devem incluir práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente, que compreendam, no que couber, as etapas estabelecidas na resolução 400/2021 CNJ.

CONTRATOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE 2021 – 100%

CONTRATOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE 2022 – 100%

CONTRATOS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE 2023 – 100%

Verifica-se que a meta foi alcançada em sua totalidade.

META ALCANÇADA



Índice de Aquisições e Contratações Sustentáveis

Aumentar em 5% ao ano o percentual de aquisições e contratações sustentáveis em relação ao total de aquisições e contratações

Fórmula: $\frac{\text{aquisições e contratações sustentáveis do ano anterior} - (\text{aquisições e contratações do ano} / \text{total de aquisições e contratações realizadas do ano}) * 100}{100}$

Descrição do indicador: mede o percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre o total de aquisições e contratações realizadas.

2021	2022	2023	2024	2025	2026
5%	5%	5%	5%	5%	5%
100%	100%	100%			



3. DIMENSÃO SOCIAL

As ações socialmente justas e inclusivas devem fomentar na instituição e em ações externas a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio e o bem-estar no ambiente de trabalho, por meio de atividades voltadas ao cuidado preventivo com a saúde, acessibilidade e inclusão social dos quadros de pessoal e auxiliar.



16. QUALIDADE DE VIDA

UNIDADE GESTORA:

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

E CENTRO DE SAÚDE



O tema objetiva o monitoramento da participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias e da quantidade de ações de inclusão de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional.

2020 – 8,38% participação relativa em ações de qualidade de vida e ações solidárias.

2021 – 16 % participação relativa em ações de qualidade de vida e ações solidárias.

2022 – 36 % participação relativa em ações de qualidade de vida e ações solidárias.

2023 – 12% participação relativa em ações de qualidade de vida e ações solidárias.

Analisando os resultados apresentados nos últimos anos, constata-se um aumento expressivo no número de participações relativas em qualidade de vida e ações solidárias, entre 2021 e 2022, tendo em vista o retorno total das atividades presenciais e a realização do plano de ação do PLS atual. Em 2023 a meta não foi alcançada, devido a diluição do número de participações pelo aumento no número de ações da temática.

META ALCANÇADA



Índice de Qualidade de Vida

Definição: Aumento no em 10% do PRQV + PRAS com relação a 2020

Fórmula: $(1 + (\text{PRQV} + \text{PRAS do ano corrente} / \text{em 2020})) * 100$

Descrição do indicador: mede o número de participantes em iniciativas que promovem a qualidade de vida no trabalho.

2021	2022	2023	2024	2025	2026
10%	10%	10%	10%	10%	10%
100%	100%	100%			



4. DIMENSÃO CULTURAL

Ações culturalmente diversas:

As ações culturalmente diversas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.



17. CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

UNIDADE GESTORA:

EJUG E CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



O tema objetiva o monitoramento da participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema de sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas.

2020 – 0,4% participação relativa em capacitação e ações de sensibilização.

2021 – 1,3 % participação relativa em capacitação e ações de sensibilização.

2022 – 1,6 % participação relativa em capacitação e ações de sensibilização.

2023 – 1,8% participação relativa em capacitação e ações de sensibilização.

Analisando os resultados apresentados nos últimos anos, constata-se um aumento expressivo no número de participações relativas em capacitação, entre 2020 e 2021, tendo em vista o retorno total das atividades presenciais e a realização do plano de ação do PLS atual. Em 2022 houve o aumento no número de capacitações, de 45 para 47, o número de participações também aumentou, de 7112 para 9006, o que confere o alcance da meta, em 2023 o número



volta a aumentar devido a realização das ações e metas do plano de ações.

META ALCANÇADA

Índice de Capacitação e Sensibilização em Sustentabilidade

Definição: Aumento no em 10% do PRCAP + ASEN com relação a 2020

Variação: $(1 + (\text{PRCap} + \text{Asen total do ano corrente} / \text{em 2020})) * 100$

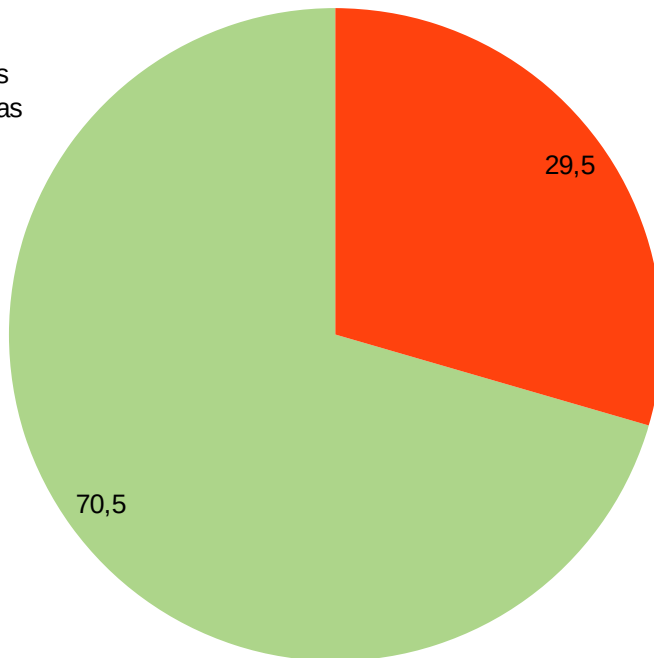
Descrição do indicador: mede o percentual de participações nas ações de capacitação socioambiental.

2021	2022	2023	2024	2025	2026
10%	10%	10%	10%	10%	10%
100%	100%	100%			



Consolidação do Relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável - PLS

- Metas Alcançadas
- Metas Prejudicadas



Metas Alcançadas

- Papel
- Copos
- Gestão de resíduos
- Combustíveis
- Reformas e construções
- Limpeza
- Veículos
- Apoio ao serviço administrativo
- Aquisições e contratações
- Qualidade de vida
- Capacitação em sustentabilidade

Metas Prejudicadas

- Água envasada em embalagem plástica
- Impressões
- Energia elétrica
- Vigilância
- Telefonia





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

Relatório de desempenho do Plano de ações ano de 2023



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

Eixo temático	Ações	Unidade gestora	Início e término	Propostas	Etapas	Desempenho da Ação
1. Papel	<p>1.1. Avaliação da Sistemática de solicitação e distribuição de papel nas ilhas de impressão e nas unidades/gabinetes.</p> <p>1.2. Realização de oficinas, com Inovajus e EJUG, para diretores de foro.</p>	<p>1.1. Diretoria Administrativa</p> <p>1.2. Dpi, Nursa, Inovajus e Ejug</p>	<p>Novembro 2022 a Dezembro 2023</p>		<p>1.1. Pesquisa de métodos e modelos sustentáveis de distribuição de material e expediente. Avaliação do processo de solicitação e distribuição de papel no TJ/GO. Levantamento do acervo de papel em estoque nas unidades demandantes. Registro das distorções. Elaboração de um plano de distribuição, com a nova sistemática adotada. Implementação das melhorias operacionais e logísticas previstas no novo plano, regulamentação em decreto do limite de distribuição.</p> <p>1.2. Diagnóstico dos estoques de papel nas comarcas do interior, planejamento e execução de</p>	<p>Realizada 100%</p>



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

					oficina com diretores de foro, para identificação do índice, da real necessidade do uso de papel.	
2. Copos descartáveis	2.1. Aquisição de copos descartáveis biodegradáveis. 2.2. Avaliação da Sistemática solicitação e distribuição de copos descartáveis nas unidades/gabinetes	Diretoria Administrativa	Novembro 2022 a Dezembro 2023		2.1. Pesquisa de métodos e modelos sustentáveis de distribuição de material e expediente. 2.2. Avaliação do processo de licitação e distribuição de copos no TJ/GO. Levantamento do de copos descartáveis plásticos em estoque nas unidades demandantes. Registro das distorções. Elaboração de um plano de distribuição, com a nova sistemática adotada. Implementação das melhorias operacionais e logísticas previstas no novo plano.	Realizada 100%
3. Água envasada a em embalagem m plástica	3.1. Monitoramento do consumo de água envasada em embalagem descartável	Diretoria Administrativa	Novembro 2022 a Dezembro 2023		3.1. Avaliar a necessidade da aquisição de água envasada em embalagem descartável. Verificar a possibilidade de	Realizada 100%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

	3.2. Substituição para embalagem descartável biodegradável.				aquisição em embalagem retornável. Elaborar meio/mecanismo de controle de solicitação e regras de distribuição. 3.2. Estabelecer critérios de sustentabilidade (material retornável ou biodegradável) para a aquisição da água com embalagem descartável.	
4. Impressão	4.1. Racionalizar a aquisição de equipamentos de impressão, de acordo com a política de aquisição, realocação e reúso, bem como a de descarte e desfazimento dos equipamentos 4.2. Utilizar ferramentas para gestão e fiscalização de impressão através do contrato de outsourcing 4.3. Estabelecer e divulgar política de impressão	Diretoria De Tecnologia e Informação	De Novembro2022 a Dezembro 2023		4.1. Realizar levantamento sobre quantidade e vencimento de garantia de funcionamento de equipamentos de impressão adquiridos pelo TJGO; Avaliar necessidade de novas aquisições no caso de equipamentos fora de garantia e/ou em fim de ciclo de vida; Em caso da necessidade de novas aquisições, realizar estudo sobre essencialidade dos equipamentos, considerando a quantidade de impressões,	Realizada em partes. 70%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

					<p>e possibilidade de utilização do contrato de outsourcing de impressão, evitando novas aquisições.</p> <p>4.2. Levantar dados, considerando os tipos de impressão, tamanho de papel, unidade judiciária e usuários com maiores volumes de impressão; Estabelecer meta de redução de impressões para as unidades com maior volume; Promover a adoção de recursos de economia de papel e tinta/toner, como frente e verso e modo econômico, sempre que aplicável.</p> <p>4.3. Consolidar diretrizes para gestão sustentável da impressão de documentos no TJGO, voltada à racionalização do volume de impressão; Divulgação de ações para a conscientização de uso de recursos de</p>	
--	--	--	--	--	---	--



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

					impressão; Avaliar viabilidade de centralização da impressão por unidade administrativa; Configuração de impressoras para modo econômico e frente e verso.	
5. Energia elétrica	5.1. Implantação de plataforma para controle de consumos e gastos com energia elétrica 5.2. Criação de grupo de estudos com o objetivo de buscar alternativas de infraestrutura, equipamentos e características construtivas que possam otimizar o consumo de energia elétrica. 5.3. Previsão de instalação de painéis fotovoltaicos em todas as obras e reformas realizadas pelo TJ/GO. 5.4. Realizar vistorias periódicas das instalações	Diretoria De Engenharia e Arquitetura	Novembro 2022 a Dezembro 2023		5.1. Criação da plataforma pela área de TI-Implantação da plataforma no Diretoria de Engenharia para promover o controle - Utilização, atuação - Avaliação dos resultados. 5.2. - Criação do grupo – Estudos visando estabelecer as especificações de tecnologias/ materiais / sistemas mais sustentáveis e economizadores de energia elétrica; - Aplicação das especificações em obras e manutenções; - Avaliação dos resultados. 5.3. Licitação dos projetos complementares; - Inclusão em planilha orçamentária –	Realizada em partes. 70%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

	<p>elétricas das edificações do TJ/GO, substituindo peças defeituosas ou em más condições e checando o funcionamento dos circuitos.</p> <p>5.5. Substituição de todas as lâmpadas e luminárias das edificações do Poder Judiciário por luminárias/lâmpadas de LED.</p> <p>5.6. Usina Fotovoltaica</p> <p>5.7. Controle da eficiência energética da iluminação.</p>				<p>Execução – Medição dos resultados através da plataforma de controle.</p> <p>5.4. - Exigência da vistoria nas manutenções programadas das edificações do TJGO. - Abertura de Ordens de serviço para realização das vistorias nas manutenções programadas das edificações</p> <p>5.5. - Abertura de Ordens de serviço para realização das substituições nas manutenções programadas das edificações</p> <p>5.6. Usina, avaliação da geração, e compensação.</p> <p>5.7. Levantar critérios, decretar pela presidência, utilizar ainda em 2022 nos prédios da capital, estender ao interior em 2023. Verificar a questão do recesso e iluminação natalina.</p>	
--	--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

6. Água e esgoto	6.1. Implantação de plataforma para controle de consumo e gastos com água e esgoto. 6.2. Criação de grupo de estudos com objetivo de buscar alternativas de infraestruturas, equipamentos e características construtivas que possam otimizar o consumo de água e esgoto. 6.3. previsão de instalação de torneiras com fechamento automático e valos com sistema dual flux (caixa acoplada) em todos os banheiros das obras a serem construídas e das reformas ou manutenções a partir do ano de 2022. 6.4. Previsão de instalação de sistema de captação de água das chuvas em todas as obras	Diretoria De Engenharia e Arquitetura	De Novembro 2022 a Dezembro 2023		6.1. Criação da plataforma pela área de TI – Implantação da plataforma no Diretoria de Engenharia para promover o controle – Utilização, atuação – Avaliação dos resultados. 6.2. - Criação do grupo – Estudos visando estabelecer as especificações de tecnologias/ materiais / sistemas mais sustentáveis e economizadores de água e esgoto; - Aplicação das especificações em obras e manutenções; - Avaliação dos resultados. 6.3. - Especificação dos produtos economizadores de água para todas as obras e reformas e nas manutenções a medida que as peças precisarem de substituição; - Utilização, atuação; - Avaliação dos resultados através da plataforma de controle.	Realizada em partes. 70%
------------------	--	---------------------------------------	----------------------------------	--	--	---------------------------------



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

	<p>e reformas realizadas pelo TJ/GO para lavagem de pisos e irrigação de jardim.</p> <p>6.5. Realização de vistorias periódicas das instalações hidrossanitárias das edificações do TJ/GO, substituindo peças defeituosas ou em más condições e checando o funcionamento dos circuitos.</p> <p>6.6. sensibilização e atuação pontual nas comarcas com gasto extraordinário identificado (outubro 2022) (CCS, DEA, Nursa, DRH, DA, terceirizados).</p>				<p>6.4. - Licitação dos projetos complementares;- Inclusão em planilha orçamentária – Execução – Medição dos resultados através da plataforma de controle.</p> <p>6..5. - Exigência da vistoria nas manutenções preventivas das edificações do TJGO.- Abertura de Ordens de serviço; realização das vistorias nas manutenções preventivas das edificações.</p> <p>6.6-Realização de um levantamento sobre as comarcas e unidades de maior consumo, ou consumo desproporcional ao porte. Criação de um protocolo de sensibilização construído pela RH, CCS e NURSA. Realização de sensibilização junto à Diretoria do Foro.</p>	
7. Gestão de resíduos	7.1. Realizar fiscalização para que as empresas contratadas pelo TJGO	Núcleo De Responsabilidade e Social E	Novembro 2022 a Dezembro	Sugestão: entrega para cooperativa	7.1. - Fiscalização da destinação da gestão dos resíduos da construção civil	Realizada em partes 70%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

	<p>façam a gestão dos resíduos de construção civil de forma ambientalmente adequada.</p> <p>7.2. Realização do Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos do TJ/GO</p> <p>7.3. Expansão do projeto-piloto de utilização da borra de café, feita pelo fórum cível, na compostagem do viveiro municipal, para todas as comarcas e prédios do Tribunal.</p> <p>7.4. Análise e Aperfeiçoamento do processo de descarte da gestão documental das comarcas do interior.</p>	<p>Ambiental, Diretoria Administrativa, Diretoria de Arquitetura e Engenharia</p>	<p>2023</p>	<p>não conveniada, de acordo com a determinação do magistrado diretor da comarca. Critério, certificação da destruição dos documentos. Alteração dos decretos.</p>	<p>das obras do TJGO</p>	
<p>8. Combustível</p>	<p>8.1. Aquisição de veículos movidos a biocombustível ou híbridos.</p>	<p>Diretoria Administrativa</p>	<p>Novembro2022 a Dezembro 2023</p>		<p>8.1. Avaliar a frota em uso, realizar a troca periódica por veículos movido à energia alternativa. Manter a frota</p>	<p>Realizada em partes. 70%</p>



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

	8.2. Troca de veículos por elétricos.				em diminuição. 8.2. Avaliar a frota em uso, realizar a trocados veículos de carga, exemplares elétricos.	
9. Reformas e construções	9.1. Planejamento de obras e reformas com diretrizes de sustentabilidade (grupo de estudos 5.2 e 6.2). 9.2. Manutenções preventivas efetivas a fim de diminuir os altos custos com a manutenção corretiva e reformas 9.3. Revitalização de todos os envelopes (Fachadas e coberturas) das edificações do TJGO de forma a diminuir os ganhos solares e o aumento da temperatura dos ambientes internos, reduzindo assim o uso do ar condicionado	Diretoria De Engenharia e Arquitetura	Novembro 2022 a Dezembro 2023		9.1. - Criação do grupo – Estudos visando estabelecer as especificações de tecnologias/ materiais / sistemas mais sustentáveis e economizadores de energia elétrica; - Aplicação das especificações em obras e manutenções; - Avaliação dos resultados. 9.2. - Listar os serviços a serem feitos nas manutenções preventivas de forma a diminuir os gastos com as manutenções corretivas 9.3. Desenvolvimento e especificação do Projeto de Modernização das fachadas com materiais que diminuam os ganhos solares - Orçamentação dos projetos	Realizada em partes. 80%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

					de Modernização;- Licitação das obras de Modernização Execução das obras - Avaliação dos resultados	
10. Limpeza	10.1 Revisão do contrato.	Diretoria Administrativa	Novembro 2022 a Dezembro 2023		10.1. Avaliar a atual contratação, avaliar a possibilidade de redução do valor e objeto. Manter os critérios de sustentabilidade.	Realizada em partes. 80%
11. Vigilância	11.1. Revisão do contrato.	Diretoria Administrativa	Novembro 2022 a Dezembro 2023		11.1. Avaliar a atual contratação, avaliar a possibilidade de redução do valor e objeto. Manter os critérios de sustentabilidade.	Realizada em partes. 80%
12. Telefonia	12.1. Consolidar telefonia VoIP como padrão de comunicação institucional 12.2. Reduzir gastos com planos de telefonia fixa 12.3. Reduzir gastos com planos de telefonia móvel	Diretoria de Tecnologia e Informação	Novembro 2022 a Dezembro 2023		12.1. Expandir infraestrutura de comunicação VoIP para unidades/Comarcas ainda não atendidas; Promover a utilização do aplicativo de telefonia VoIP para originar e receber chamadas telefônicas. 12.2. Realizar a migração para telefonia VoIP onde for possível; Levantar dados históricos sobre consumo	Realizada em partes. 50%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

					<p>médio de cada unidade/Comarca; Verificar oferta do mercado de planos com preços mais vantajosos; Avaliar possibilidade de cancelamento ou consolidação de contratos, visando economia de até 30%.</p> <p>12.3. Levantar dados históricos sobre consumo médio de cada unidade/Comarca; Verificar oferta do mercado de planos com preços mais vantajosos, priorizando dados móveis; Avaliar possibilidade de cancelamento ou consolidação de contratos; Realizar a migração para telefonia Vip onde for possível, visando economia de até 30%.</p>	
13. Veículo	13. Ações da diminuição da frota.	Diretoria Administrativa	Novembro 2022 a Dezembro		13. Avaliar o descarte e venda dos automóveis sinistrados e sem uso.	Realizada 100%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

			2023		Realizar o processo de desfazimento.	
14. Apoio serviço administrativo	14. Criação de um grupo de trabalho para avaliação da demanda, custo e real necessidade dos itens.	Diretoria Administrativa E CCS	Novembro 2022 a Dezembro 2023		14. CCS sugere os membros do GT, levanta dados de custo e quantidade da produção da gráfica, realização de oficina para otimização do funcionamento da Gráfica.	Realizada 100%
15. Aquisições e contratações	15. Implementar e executar o guia de contratações sustentáveis do TJ/GO	Diretoria Geral	Novembro 2022 a Dezembro 2023		15. Criar grupo de trabalho para criação do guia. Estruturação do guia. Capacitação dos servidores para a utilização do guia. Avaliação do desempenho, manutenção das cláusulas de sustentabilidade em 100% das compras e contratos do TJ/GO.	Realizada 100%
16. Qualidade de vida	16.1. Manter o atendimento médico ambulatorial e atendimentos nas áreas especializadas, odontológico, psicologia e fisioterapia.	Diretoria de Gestão de Pessoas e Centro de Saúde	Novembro 2022 a Dezembro 2023		16.1. Contar com campanhas de prevenção e conscientização de doenças, como, campanha Setembro Amarelo com prevenção ao suicídio, Campanhas Outubro Rosa e, com intuito	Realizada 100%



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

	<p>16.2. Parceria com o Centro Educacional Infantil Desembargador Mauro Campos, com objetivo de contribuir com o cuidado odontológico das crianças atendidas pelo CEI-TJGO.</p> <p>16.3. o Centro Educacional Infantil Des. Mauro Campos (CEI) apresenta iniciativas (ações).</p> <p>16.4. Flexibilizar o regime de trabalho.</p> <p>16.5. Promover ações de voluntariado.</p> <p>16.6. Adoção de calendário anual de iniciativas de solidariedade.</p> <p>16.7. Avaliação da qualidade do ar, através de monitoramento tecnológico.</p> <p>16.8. Aquisição de</p>				<p>de compartilhar informações e promover a conscientização, Novembro Azul sobre as doenças.</p> <p>16.2. Avaliar a estrutura operacional. Organizar os eventos e agendamentos. Monitorar os resultados. Realizar campanha e sensibilização.</p> <p>16.3. Refeitório corporativo;• Confraternizações: atividades de integração/ fortalecimento da equipe, que podem acontecer em parques, pistas de kart, ciclismo, Centros Culturais, entre outras opções; • Continuidade das Ações de Formação/Treinamento: destacamos, especialmente, as ações para promoção de um ambiente de trabalho diverso e respeitoso e ações específicas de acordo com as necessidades das áreas demandantes (por exemplo,</p>	
--	--	--	--	--	---	--



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

	equipamentos ergométrico de saúde laboral.				<p>oficinas); • Participação dos servidores/magistrados do TJ/GO no Projeto cópias(*), com ponto de coleta nos edifícios mantidos pelo Tribunal de Justiça, em parceria com o Sindjustiça, • Promoção de eventos: bazar, feira de troca.</p> <p>16.4. Oferecer a possibilidade de home-office aos colaboradores e, no caso de reuniões, optar por sistemas de teleconferência. Essas mudanças podem proporcionar uma boa economia de recursos ao Tribunal, ainda reduzindo o trânsito nas ruas e, conseqüentemente, as emissões de carbono.</p> <p>16.5. Conscientizar e Incentivar os servidores a visitarem orfanatos e asilos é outro bom exemplo de responsabilidade social para empresas. Nessas visitas,</p>	
--	--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

					<p>levar alimentos e materiais necessários para higiene pessoal e conservação do local, ou ainda propor atividades recreativas para alegrar o dia dos moradores.</p> <p>16.6. a) doação de sangue, a ser realizada na primeira quinzena de março; b) doação de cobertores, a ser realizada durante o mês de maio, em datas e locais a serem definidos; c) semana do Meio Ambiente, a ser organizada no mês de junho; d) doação de alimentos, a ser realizada durante os meses de agosto e setembro; e) corrida e caminhada, a ser realizada no mês de setembro; f) arrecadação de brinquedos, a ser realizada no dia das crianças, por meio do CEI; g) arrecadação de material escolar e brinquedos, a ser realizada no mês de dezembro; h)</p>	
--	--	--	--	--	---	--



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

					<p>Outubro e comemorações do mês do Servidor Público; i) datas fixas para as campanhas anuais de prevenção (janeiro branco: Saúde Mental; março lilás: prevenção ao câncer de colo de útero; abril: mês de conscientização sobre o autismo; setembro amarelo: prevenção ao suicídio; novembro azul: importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata, e demais campanhas).</p> <p>16.7. Contratação de empresa para análise microbiológica, química e física do ar ambiente das unidades judiciárias que dispõem de Sistema de ar-condicionado central</p> <p>16.8. Realização de licitação para aquisição de equipamentos ergométrico. De saúde laboral. Fazer levantamento acerca da</p>	
--	--	--	--	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

					demanda para distribuição.	
--	--	--	--	--	----------------------------	--



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

17. Capacitação em sustentabilidade e	17.1. Calendário anual de campanhas sobre sustentabilidade nas redes da comunicação social. 17.2. Realização de um calendário de capacitação em temáticas sustentáveis.	EJUG e Centro e Comunicação Social	Novembro 2022 a Dezembro 2023		17.1. Construção de um grupo de trabalho para avaliação do plano de comunicação da sustentabilidade; realização de um cronograma de sensibilização; realização de parcerias para promoção das campanhas; Adesão ao movimento Lixo Zero. 17.2. Construção de um grupo de trabalho para avaliação do plano de capacitação em sustentabilidade; realização de um cronograma de sensibilização.	Realizada 70%
---------------------------------------	---	------------------------------------	-------------------------------	--	--	----------------------

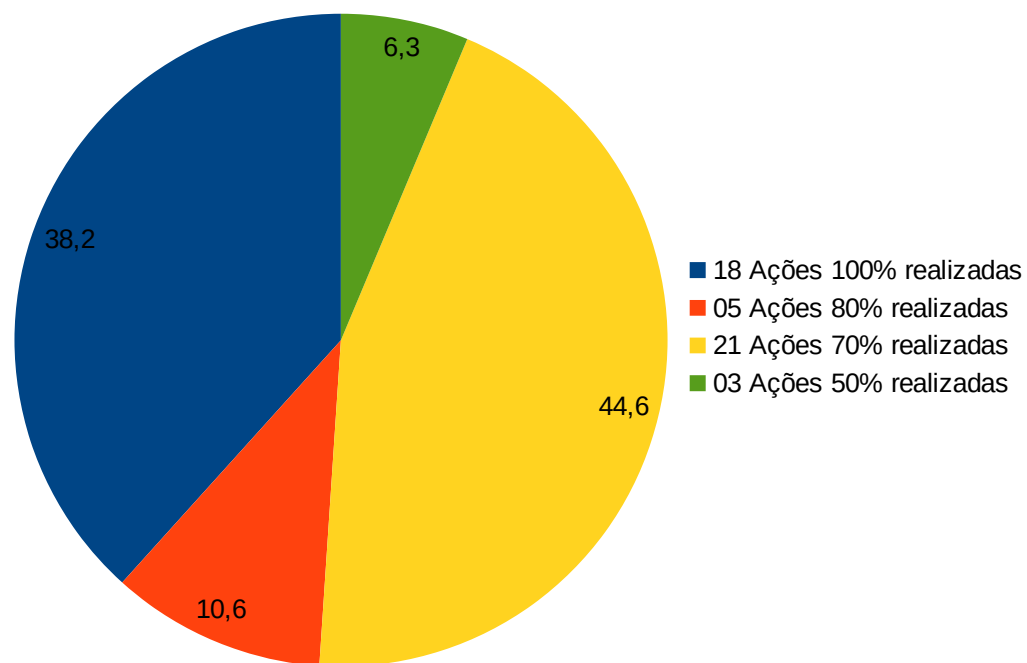


PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental do TJGO

Gráfico ilustrador do desempenho das ações do Plano de Ações do PLS



Fonte: elaboração própria.

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL DO TJGO COMISSÃO GESTORA DO PLS – TJGO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO DO TJGO

ADMINISTRAÇÃO

Desembargador CARLOS ALBERTO FRANÇA

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

RAQUEL MAGALHÃES ANTONINI

ELABORAÇÃO

LIDIA DE ASSIS E SOUZA
RAQUEL MAGALHÃES ANTONINI
JOSÉ NETO CASSIANO DE CAMARGO

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

HARIEL CARNEIRO ZOCCOLI

